

Iniciativas Legislativas 2024

Lista de iniciativas legislativas que envolvem o Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (CNSF), tanto na respetiva preparação, como através da emissão de pronúncia, relativamente à regulação do setor financeiro.

I – Iniciativas em curso em março de 2024

A. Legislação da União Europeia

Descrição sumária	Observações	Envolvimento
Regulamento (UE) 2019/1238 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de junho de 2019, relativo a um Produto Individual de Reforma Pan Europeu (<i>Pan-European Personal Pension Product</i>) – PEPP.	<p>Os anteprojetos legislativos destinados a assegurar a execução do Regulamento PEPP na ordem jurídica nacional e documentação conexas foram enviados ao Ministério das Finanças em 18 de fevereiro de 2022.</p> <p>Em 13 de fevereiro de 2023, foi remetido ao Ministério das Finanças o contributo do CNSF ou das autoridades que o compõem relativamente ao anteprojeto de proposta de lei que procede à implementação de diversos regulamentos europeus, entre os quais este.</p> <p>Em 26 de outubro de 2023, foi remetido ao Ministério das Finanças o parecer do CNSF a respeito do projeto de proposta de lei que procede à execução de vários regulamentos europeus relativos a serviços e infraestruturas do sistema financeiro, entre os quais este.</p> <p>Deu origem a uma proposta de lei (112/XV/2) que não foi concluída na XVª legislatura.</p>	CNSF

Descrição sumária	Observações	Envolvimento
<p>Regulamento (UE) 2021/557 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março de 2021, que altera o Regulamento (UE) 2017/2402, que estabelece um regime geral para a titularização e cria um regime específico para a titularização simples, transparente e padronizada, a fim de apoiar a recuperação da crise da COVID-19.</p>	<p>O anteprojeto de diploma de execução foi remetido ao Ministério da Finanças em 11 de janeiro de 2023.</p> <p>Em 26 de outubro de 2023, foi remetido ao Ministério das Finanças o parecer do CNSF a respeito do projeto de proposta de lei que procede à execução de vários regulamentos europeus relativos a serviços e infraestruturas do sistema financeiro, entre os quais este.</p> <p>Deu origem a uma proposta de lei (112/XV/2) que não foi concluída na XVª legislatura.</p>	<p>CNSF</p>
<p>Regulamento (UE) 2021/23 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro de 2020, relativo ao regime da recuperação e resolução das contrapartes centrais (CCP) e que altera os Regulamentos (UE) n.º 1095/2010, (UE) n.º 648/2012, (UE) n.º 600/2014, (UE) n.º 806/2014 e (UE) 2015/2365, e as Diretivas 2002/47/CE, 2004/25/CE, 2007/36/CE, 2014/59/UE e (UE) 2017/1132.</p>	<p>O anteprojeto de diploma de execução foi remetido ao Ministério das Finanças em 28 de abril de 2023.</p> <p>Em 26 de outubro de 2023, foi remetido ao Ministério das Finanças o parecer do CNSF a respeito do projeto de proposta de lei que procede à execução de vários regulamentos europeus relativos a serviços e infraestruturas do sistema financeiro, entre os quais este.</p> <p>Deu origem a uma proposta de lei (112/XV/2) que não foi concluída na XVª legislatura.</p>	<p>CNSF</p>
<p>Diretiva (UE) 2022/2464 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro de 2022, que altera o Regulamento (UE) n.º 537/2014, a Diretiva 2004/109/CE, a Diretiva 2006/43/CE e a Diretiva 2013/34/UE no que diz respeito ao relato de sustentabilidade das empresas – CSRD.</p>	<p>Encontram-se em curso os trabalhos relacionados com os setores supervisionados sobre as matérias em que poderá incidir a contribuição do CNSF e/ou das autoridades que o compõem para a transposição da CSRD.</p>	<p>CNSF</p>

Descrição sumária	Observações	Envolvimento
<p>Regulamento (UE) 2022/2554 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro de 2022, relativo à resiliência operacional digital do setor financeiro e que altera os Regulamentos (CE) n.º 1060/2009, (UE) n.º 648/2012, (UE) n.º 600/2014, (UE) n.º 909/2014 e (UE) 2016/1011 – DORA.</p>	<p>Encontram-se em curso os trabalhos de preparação do anteprojeto legislativo relativo às medidas nacionais de execução.</p>	<p>CNSF</p>
<p>Regulamento (UE) 2023/1114 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de maio de 2023, relativo aos mercados de criptoativos e que altera os Regulamentos (UE) n.º 1093/2010 e (UE) n.º 1095/2010 e as Diretivas 2013/36/UE e (UE) 2019/1937 – MiCA.</p>	<p>Encontram-se em curso os trabalhos de preparação do anteprojeto legislativo relativo às medidas nacionais de execução.</p>	<p>CNSF</p>

B. Legislação nacional

Descrição sumária	Observações	Envolvimento
<p>Anteprojeto de diploma de revisão da Lei n.º 153/2015, de 14 de setembro, que regula o acesso e o exercício da atividade dos peritos avaliadores de imóveis que prestem serviços a entidades do sistema financeiro nacional (Lei dos PAI).</p>	<p>Encontra-se em curso análise da proposta apresentada pela CMVM quanto à atualização da Lei dos PAI em face dos desenvolvimentos verificados no setor financeiro e na avaliação imobiliária, no contexto da interligação com as diferentes áreas do setor financeiro.</p>	<p>CNSF</p>

Descrição sumária	Observações	Envolvimento
<p>Regime dos Conglomerados Financeiros – Atualização do Decreto-Lei n.º 145/2006, de 31 de julho, em virtude da migração de competência de supervisão prudencial do Banco de Portugal <i>para a CMVM</i>.</p>	<p>O CNSF irá discutir e analisar os termos da proposta apresentada pela CMVM tendo em vista à atualização do regime dos conglomerados financeiros constante do Decreto-Lei n.º 145/2006, de 31 de julho, que transpôs para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2002/87/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro, relativa à supervisão complementar de instituições de crédito, empresas de seguros e empresas de investimento de um conglomerado financeiro, decorrente das alterações de competências de supervisão prudencial sobre as empresas de investimento.</p>	<p>CNSF</p>

II – Processos concluídos entre março de 2023 e março de 2024

A. Legislação da União Europeia

Descrição sumária	Observações	Envolvimento
<p>Regulamento (UE) 2019/834 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2019, que altera o Regulamento (UE) n.º 648/2012 no que diz respeito à obrigação de compensação, à suspensão da obrigação de compensação, aos requisitos de comunicação de informações, às técnicas de atenuação do risco para os contratos de derivados OTC não compensados através de uma contraparte central, ao registo e supervisão dos repositórios de transações e aos requisitos aplicáveis aos repositórios de transações – EMIR-REFIT.</p>	<p>O Decreto-Lei n.º 66/2023, de 8 de agosto, procede à execução de regulamentos relativos a serviços financeiros e à transposição parcial da Diretiva (UE) 2021/2118, relativa ao seguro de responsabilidade civil da circulação de veículos automóveis.</p>	<p>CNSF</p>

Descrição sumária	Observações	Envolvimento
<p>Regulamento (UE) 2021/168 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 10 de fevereiro de 2021, que altera o Regulamento (UE) 2016/1011 no que respeita à isenção de determinados índices de referência de taxas de câmbio à vista de países terceiros e à designação de substitutos para determinados índices de referência em cessação e que altera o Regulamento (UE) n.º 648/2012.</p>	<p>O Decreto-Lei n.º 66/2023, de 8 de agosto, procede à execução de regulamentos relativos a serviços financeiros e à transposição parcial da Diretiva (UE) 2021/2118, relativa ao seguro de responsabilidade civil da circulação de veículos automóveis.</p>	<p>CNSF</p>
<p>Regulamento (UE) 2022/858 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2022, relativo a um regime-piloto para as infraestruturas de mercado baseadas na tecnologia de registo distribuído e que altera os Regulamentos (UE) n.º 600/2014 e (UE) n.º 909/2014 e a Diretiva 2014/65/UE – DLT Pilot.</p>	<p>O Decreto-Lei n.º 66/2023, de 8 de agosto, procede à execução de regulamentos relativos a serviços financeiros e à transposição parcial da Diretiva (UE) 2021/2118, relativa ao seguro de responsabilidade civil da circulação de veículos automóveis.</p>	<p>CNSF</p>